



Estrutura de Proposta de Projeto

O Duelo dos Líderes

Escola de Líderes 2025 - Proposta Unificada:
Meio Ambiente, Matriz Energética, Sustentabilidade e Amazônia
Grupos 1 e 2

Estrutura de Proposta de Projeto – O Duelo dos Líderes

Grupo no: Grupos 1 e 2

Apresentadores: Bruna Ribeiro Spitzner, João Lucas Costa e Silva;

Tema: Meio Ambiente, Matriz Energética, Sustentabilidade e Amazônia;

Perspectiva: Ênfase no Papel Público e Mercado Responsável;

Componentes: Fernando Henrique Marinheiro Lourenço, William Araújo, Lílian Graciela Silva, Edson Carlos Vasconcelos Ferreira, Bruna Ribeiro Spitzner, Renan Rodrigues Rocha, Veluma Vitória Menezes Faria, Luiz Quirino De Andrade Neto, Marcelo Gschneitner Wisbistcki, João Lucas Costa e Silva;



2. Resumo da Proposta:

A Eco-aliança integra a descentralização da preservação ambiental nos municípios com a promoção da bioeconomia, inovação tecnológica e parcerias público-privadas, visando uma transição energética justa e a proteção estratégica da Amazônia. O programa une o fortalecimento do poder público local, o engajamento comunitário e a mobilização do setor privado, com incentivos fiscais, tecnologia de ponta e educação ambiental, para gerar impacto socioambiental positivo em escala nacional.

3. Corpo da Proposta:

Contexto: A Eco-aliança propõe um modelo colaborativo onde municípios brasileiros e empresas privadas atuam juntos na preservação ambiental, geração de energia limpa e desenvolvimento sustentável. O projeto incentiva a instalação de energia solar em prédios públicos, reduzindo custos e liberando recursos para educação ambiental e ações locais, enquanto estimula empresas a investir em bioeconomia e tecnologias verdes por meio de incentivos fiscais condicionados ao cumprimento de metas ambientais e sociais rigorosas.

Descrição Detalhada: O Estado assume papel estratégico, articulando linhas de financiamento (como o FINISA VERDE), editais de inovação e PPPs para smart grids, usinas comunitárias e reflorestamento. O monitoramento e fiscalização são potencializados pelo uso de inteligência artificial, satélites e drones, integrando órgãos ambientais e garantindo transparência e controle do desmatamento, especialmente na Amazônia Legal.

A proposta sugere a criação de um programa nacional de incentivos fiscais direcionados a empresas que invistam em bioeconomia (produtos farmacêuticos, alimentares, cosméticos a partir da floresta em pé), energia renovável (solar, biomassa) e tecnologias verdes. Esses incentivos estarão condicionados ao cumprimento de metas ambientais e sociais claras, extremamente rígidas e em conformidade às normas de fiscalização dos órgãos competentes.

Além de apresentar aos municípios brasileiros um projeto técnico-financeiro viável para o investimento em geração de energia solar em prédios públicos. A iniciativa visa zerar ou reduzir significativamente os custos com energia elétrica em escolas, UBSs, creches e centros administrativos, o que possibilita melhorias estruturais — como climatização dos ambientes — e amplia o acesso à cidadania com dignidade. Com a economia gerada, os municípios poderão aplicar recursos em programas de educação ambiental comunitária e ações práticas

como rearboração urbana com espécies nativas. A proposta se ancora na lógica da regulação inteligente: o Estado não apenas regula, mas também mobiliza, forma e engaja. Quando a população participa ativamente do plantio e cuidado com os espaços verdes, cria-se um ciclo de pertencimento e sustentabilidade. A regulação ecológica deixa de ser apenas um conjunto de normas e se torna uma prática social coletiva.

Sustentabilidade: A manutenção do projeto está ancorada na autossuficiência energética proporcionada pelas placas solares e no reinvestimento estratégico da economia obtida. As fontes de recursos podem incluir fundos de financiamento ambiental, emendas parlamentares, editais de inovação sustentável e cooperação com instituições públicas e privadas. O modelo é escalável, replicável e ajustável às realidades locais, promovendo uma transição energética justa e inclusiva.

Engajamento: A comunidade será envolvida por meio de mutirões ecológicos, oficinas ambientais nas escolas, campanhas de sensibilização nas redes locais e fóruns participativos de planejamento urbano verde. O projeto prevê parcerias com associações de bairro, escolas, universidades e coletivos ambientais para fortalecer o capital social e garantir que as ações ambientais tenham enraizamento territorial.

E comunidades locais serão inseridas como beneficiárias e parceiras dos projetos. Cooperativas, ONGs, universidades e startups regionais poderão ser contratadas via PPPs. Também haverá ações de capacitação profissional para jovens amazônidas atuarem como agentes ambientais e técnicos em energias renováveis, por exemplo.

Sustentabilidade: A manutenção do projeto está ancorada na autossuficiência energética proporcionada pelas placas solares e no reinvestimento estratégico da economia obtida. As fontes de recursos podem incluir fundos de financiamento ambiental, emendas parlamentares, editais de inovação sustentável e cooperação com instituições públicas e privadas. O modelo é escalável, replicável e ajustável às realidades locais, promovendo uma transição energética justa e inclusiva.

O financiamento das PPPs virá da renúncia fiscal controlada, com teto de incentivo proporcional à meta atingida. Parcerias com organismos internacionais e fundos climáticos também serão ativadas. A proposta é escalável: começa com projetos-piloto em estados da Amazônia Legal e avança conforme os indicadores forem cumpridos.

4. Objetivos e Ações Integradas:

Objetivo 1: Reduzir o gasto público com energia elétrica em até 80% em prédios públicos.

Ação 1.1: Elaborar e apresentar projetos técnicos de energia solar com base em diagnósticos energéticos municipais.

Ação 1.2: Captar recursos via FINISA VERDE e outras linhas de crédito ambiental.

Objetivo 2: Promover conforto térmico e qualidade de vida nas instituições públicas.

Ação 2.1: Instalar sistemas de ar-condicionado com energia solar em escolas, UBSs e creches.

Ação 2.2: Monitorar os impactos na saúde, desempenho escolar e satisfação dos usuários.

Objetivo 3: Estimular a educação ambiental comunitária e ações sustentáveis locais.

Ação 3.1: Desenvolver oficinas e campanhas de plantio coletivo com espécies nativas.

Ação 3.2: Criar um programa municipal de voluntariado ambiental com foco em arborização e cuidado com o território.

Objetivo 4: Reduzir o desmatamento ilegal por meio da tecnologia.

Ação 4.1: Implantar sistema de IA com imagens de satélite e drones.

Ação 4.2: Integrar esse sistema aos órgãos como IBAMA, ICMBio e secretarias estaduais.

Objetivo 5: Estimular o setor privado a investir em projetos sustentáveis.

Ação 5.1: Criar incentivos fiscais para empresas de energia limpa e bioeconomia.

Ação 5.2: Exigir contrapartidas sociais e ambientais para liberação dos benefícios.

Objetivo 6: Ampliar parcerias para infraestrutura verde

Ação 6.1: Lançar editais de PPPs para smart grids (redes elétricas inteligentes) e usinas comunitárias.

Ação 6.2: Incentivar reflorestamento com cooperativas da Amazônia.

5. Principais Argumentos:

O poder público local pode ser protagonista da transição ecológica se atuar com inteligência regulatória e inclusão social. A autossuficiência energética libera recursos que podem ser reinvestidos diretamente em políticas públicas socioambientais.

A descentralização da política ambiental fortalece o pacto federativo e amplia a resiliência dos territórios frente à crise climática. A participação da comunidade cria senso de pertencimento, reduz o vandalismo e aumenta a eficiência da política pública.

Eficiência: Incentivos fiscais mobilizam o setor privado sem sobrecarregar os cofres públicos e com inovação e tecnologia a inteligência artificial e o monitoramento por drones e satélites potencializam a preservação com precisão e transparência.

Bioeconomia com matriz e eficiência energética: A bioeconomia transforma a Amazônia em ativo estratégico, gerando renda sem devastação, especialmente com eficiência energética como pilar estrutural. Com a inclusão de comunidades o modelo de PPPs favorece projetos com impacto social, envolvendo populações tradicionais e capacitação local.

6. Exemplos / Evidências:

Exemplo 1: O município de Santa Rita do Araguaia (GO) economizou mais de R\$ 500 mil ao instalar placas solares em prédios públicos com recursos do FINISA VERDE, além de projetos de arborização com participação popular em Sobral (CE), que aumentaram a cobertura vegetal em 22% em três anos, melhorando indicadores de bem-estar.

Exemplo 2: Impacto positivo de desenvolvimento, sustentabilidade e capacitação dos Amazônidas operados por empresa que realiza a exploração do Pau Rosa utilizado como insumo valioso na perfumaria de exportação e O uso de satélites pelo MapBiomass, que identificam focos de desmatamento em tempo real e subsidiam ações imediatas.

7. Perguntas Prováveis e Respostas:

Pergunta A: Os municípios têm capacidade técnica para tocar esse tipo de projeto?

Resposta: Sim, e onde houver carência, o projeto prevê parcerias com universidades, consórcios intermunicipais e assistência técnica especializada com apoio federal e estadual.

Pergunta B: E se a população não se engajar nas ações comunitárias?

Resposta: A proposta já inclui estratégias de engajamento por meio de escolas, agentes comunitários e campanhas públicas que conectam o projeto à vida cotidiana das pessoas.

Pergunta C: E se empresas usarem os incentivos sem cumprir metas ambientais?

Resposta: Todos os incentivos são condicionados a indicadores auditáveis. Projetos que não entregarem resultados terão os benefícios cancelados e sofrerão sanções

Pergunta D: Como garantir que comunidades locais se beneficiem e não sejam exploradas?

Resposta: O modelo prioriza PPPs com cláusulas obrigatórias de impacto social, formação técnica local e contratação de mão de obra regional.

8. Métricas de Sucesso:

Percentual de economia em contas de energia elétrica municipal.

Redução de 30% no desmatamento em áreas monitoradas em 2 anos.

Número de empregos verdes criados e de árvores plantadas com participação comunitária.

Empresas incentivadas com contrapartidas ambientais e sociais cumpridas.

A Ecoaliança, ao unir esforços públicos, privados e comunitários, oferece um caminho inovador e colaborativo para a preservação ambiental, a transição energética e o desenvolvimento sustentável do Brasil

ESCOLA DE
LÍDERES

2025



fundacaoulysses.org.br | @Xf / FUGNACIONAL

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

30
ANOS

MDB
60 anos
#PONTODEEQUILÍBRIO